

Arquivos públicos municipais do interior da Bahia:
*fontes para a história do português brasileiro**

Por

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Norma Lúcia Fernandes de Almeida
(*Universidade Estadual de Feira de Santana*)

Introdução

A proposta apresentada neste trabalho se refere a formação de *corpus* diacrônico da língua portuguesa composto basicamente por textos inéditos escritos no Brasil e, preferencialmente, autógrafos. Assim, com esse propósito, surgiu a necessidade de fazer um mapeamento dos arquivos públicos municipais do interior da Bahia, continuando a pesquisa iniciada há dois anos a partir de trabalhos já realizados no acervo do Monsenhor Renato de Andrade Galvão que se encontra no Centro de Pesquisa e Documentação de Feira de Santana (CPDOFS) na UEFS.¹

O estudo dos arquivos públicos municipais, que, via de regra, se constituem como um conjunto de documentos diversos gerados pela administração pública, requer alguns critérios ao analisá-los, tanto no que se refere à sua estrutura quanto ao perfil de letramento do seus autores ou co-autores. Dessa forma, seria necessário, a princípio:

- a) estabelecer o grau de formalidade dos textos, separando os de padrão mais rígido (principalmente as partes iniciais e finais, como de escrituras, declarações, cartas de alforria, etc.), daqueles que parecem permitir uma maior interferência das pessoas envolvidas na redação do texto, como os

* O desenvolvimento deste trabalho, que envolveu inúmeras viagens pelo interior da Bahia, deve-se à ajuda de diversas pessoas (como bolsistas, pessoal dos arquivos e vários setores da administração da UEFS, entre outras). Gostaríamos ainda de agradecer o apoio inicial de Ilza Ribeiro e a colaboração e incentivo constantes de Rosa Virgínia Mattos e Silva e de Maria Helena Ochi Flexor, nossa permanente consultora. Não é necessário dizer que todas as eventuais falhas deste trabalho são de nossa inteira responsabilidade.

¹ Conforme o trabalho de Novais Carneiro e Almeida (1998:197-210).

documentos do judiciário (principalmente, queixas e processos-crimes) e, também, testamentos de próprio punho, inventários não concensuais, etc.;

b) estabelecer o perfil dos escritores (escrivãos diversos, escreventes ou copistas, autores variados, entre outros), no que se refere ao grau de letramento dos mesmos, através do estudo da estrutura administrativa dos municípios e dos requisitos necessários no desempenho dessas funções. A exemplo do que nos revela um Alvará do Príncipe Regente Dom João, de 15 de janeiro de 1810² *“Eu, Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem, [...] que muitas das Vilas deste Estado têm crescido em população, comércio e riqueza **necessitavam de Juizes Letrados**³, para que fôsse melhor administrada a Justiça, [...].*

A consideração desses critérios poderia talvez conduzir a análises que levem a inferir diferentes situações lingüísticas, como por exemplo:

- i) identificação de diferentes estilos através da comparação “intra-texto” (documentos oficiais formais com os menos formais) ou “inter-texto” (desses com os de natureza pessoal);
- ii) identificação de variedades lingüísticas através do estabelecimento tanto dos níveis de letramento dos seus autores e/ou co-autores⁴ quanto de sua posição social, principalmente, nos documentos que envolvessem “co-autoria intelectual”, a exemplo de excertos que resultassem de depoimentos ou fala de terceiros. Essa aproximação seria importante

² *Apud* Pedro Tomás Pedreira (1977:110-111)

³ Destaque nosso.

⁴ Vejamos por, exemplo, alguns dados de Luís Carlos Villalta (1997:350 e 356) sobre a cidade de Mariana em Minas Gerais. “[...] A instrução escolar foi, muitas vezes, inacessível aos homens pardos [...] Examinando 163 inventários feitos em Mariana até 1822, num universo de 2582, identifiquei 103 inventariantes (63,2%) que conseguiram assinar o próprio nome [...]. Embora as mulheres correspondessem a quase metade dos inventariantes [...] não chegavam a um terço dos aptos a assinar [...]. Os brancos, totalizando 149, preponderaram entre os inventariantes, enquanto os indivíduos de cor, negros e mulatos, sendo apenas cinco, eram uma minoria; e 97 brancos, dois negros e um mulato foram capazes de assinar o próprio nome.

para os períodos anteriores ao século XIX, em que a documentação pessoal parece ser escassa.

Assim, as primeiras perspectivas de mapeamento desses arquivos nos levaram concomitantemente ao estudo da formação histórica das regiões de suas cidades sede como forma de compreender as motivações que geraram os seus processos de urbanização e de constituição demográfica. Embora, isso não implique, necessariamente, num pleno condicionamento desses processos à documentação encontrada nos arquivos. Mas, por outro lado, como vimos acima, esse tipo de abordagem poderia conduzir a uma avaliação das possíveis implicações desses processos na constituição do português brasileiro.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no Item 1, o levantamento dos principais arquivos públicos municipais do interior da Bahia; Em 2., *rotas e roteiros*, os indicadores que vão possibilitar a composição da amostra dos arquivos municipais mais representativos em 3., a descrição prévia dos arquivos visitados até o momento e, em 4., algumas conclusões.

Vejamos agora os principais arquivos públicos municipais do interior da Bahia.

1. Levantamento dos principais arquivos públicos municipais do interior da Bahia

Relacionamos, até o momento, a partir de dados fornecidos pelo Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), 55 arquivos públicos municipais localizados no interior da Bahia. Dentre esses apenas 26 estão com seus acervos relativamente organizados, o que corresponde a 39,68%.

As Tabelas 1, 2 e 4, a seguir, apresenta os municípios onde estão localizados esses arquivos e a origem de suas cidades sedes, partindo daqueles de povoados mais antigos para os mais recentes de cada uma das regiões econômicas da Bahia.

Tabela 1**INTERIOR DA BAHIA****PRINCIPAIS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS****SÉCULO XVI**

MUNICÍPIO/ ARQUIVO	INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	CRIAÇÃO DO POVOADO OU VILA	MOTIVAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO	NAÇÃO INDÍGENA QUE HABITAVA A REGIÃO	REGIÃO ECONÔMICA ATUAL
PORTO SEGURO	1500	1891	Vigilância da costa /jesuítas e colonos portugueses	Aimorés e outros	Extremo Sul
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	1500	1823	/jesuítas e colonos portugueses	Aimorés, Tupinambás	Extremo Sul
ILHÉUS	1534	1556	Sede da capitania/ Colonos portugueses	Tupiniquins	Litoral Sul
SÃO FÉLIX	1534	1890	Portugueses à procura de madeira/ agroindústria açucareira	Tupinambás (abatirás?)	Recôncavo Sul
CAIRU	1535	1610	Colonos portugueses Para marcar território	Aimorés	Litoral Sul
POJUCA	1549	1913	Castelo de Garcia D'Avila/ saída para bandeiras	-	Litoral Norte
SANTO AMARO	1549 ? (1557)	1727	Jesuítas/ agroindústria açucareira	Abatirás(?)	Recôncavo Sul
MATA DE SÃO JOÃO	1549	1700	Colonos que Acompanharam Garcia D'Avila/ Jesuítas	?	
ENTRE RIOS	Início do século XVI	1872	Sesmaria da Casa Da Torre		Litoral Norte
ILHA DE ITAPARICA	Início do século XVI	1814	Sesmaria do 1 ^o Conde Da Castanheira	Índios do Paraguaçu atacam a ilha	Região Metropolitana de Salvador
MORRO DO CHAPÉU	Início do século XVI	1864	Bandeiras/ Concessão de terras Pela Casa da Ponte	?	Piemonte da Diamantina
CACHOEIRA	1559	1698	Sesmaria/ Agroindústria açucareira	?	Recôncavo Sul
MURITIBA	1559	1919	Exploradores Portugueses/jesuítas	-	Recôncavo Sul
CAMAMU	1560	1631	Aldeamento jesuítas	Tupiniquins	Litoral Sul
NAZARÉ	1561	1832	Jesuítas/colonos portugueses/	?	
IRARÁ	1562	1727	Jesuítas/aldeamento indígena	Tapuias	Paraguaçu
CARAVELAS ITUBERÁ	1574	1700	Aldeamento indígena	Tupiniquins	Extremo Sul Litoral Sul

* Arquivos relativamente organizados

Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), Volumes XX e XXI e Capistrano de Abreu, João (1998:169-171).

Tabela 2

INTERIOR DA BAHIA

PRINCIPAIS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

SÉCULO XVII

MUNICÍPIO/ ARQUIVO	INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	CRIAÇÃO DO POVOADO OU VILA	MOTIVAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO	NAÇÃO INDÍGENA QUÊ HABITAVA A REGIÃO	REGIÃO ECONÔMICA ATUAL
JAGUARIPE	1613	1697	Plantações diversas	?	Recôncavo Sul
SÃO FRANCISCO DO CONDE	1629	1697	Doação aos franciscanos	-	Recôncavo Sul
ITAPICURU	1648	1872	Aldeamento franciscano	Tupiniquins?	Nordeste
JACOBINA	Início do século	1720	Bandeiras a procura de ouro	Paiaias	Piemonte da Diamantina
SEABRA	Início do século	1889	Passagem para as minas de Rio de Contas	-	Chapada Diamantina
ITIÚBA	Meados do século	1882	Esperança de encontrar ouro	Cariacás e outros	
ITABERABA	Meados do século	1715	Sesmaria/ esperança de encontrar ouro	Maricás	Paraguaçu
BARRA	1670	1698	Aldeamento dos frades Capuchos	Tapuia (rodela, cariris..)	Médio São Francisco
JEREMOABO	1678	1925	Boiadas/ catequese de índios		
ALCOBAÇA	1697	1775	Sesmaria Francisco Martins	Tupinambás (Moungorus, cariacás)	Extremo Sul
RIO DE CONTAS	Fins do século	1723	Procura por ouro e pedras preciosas	-	Chapada Diamantina
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	Fins do século	1883	Terras férteis/ procura por madeira	?	Recôncavo Sul

* Arquivos relativamente organizados

Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), Volumes XX e XXI e Capistrano de Abreu, João (1998:169-171).

Tabela 3**INTERIOR DA BAHIA****PRINCIPAIS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS****SÉCULO XVIII**

MUNICÍPIO/ ARQUIVO	INÍCIO DA COLONIZAÇÃ O	CRIAÇÃO DO POVOADO OU VILA	MOTIVAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO	NAÇÃO INDÍGENA QUE HABITAVA A REGIÃO	REGIÃO ECONÔMICA ATUAL
CAMAÇARI	1700	1758	Aldeamento jesuíta/sesmaria	?	Região Metropolitana de Salvador
CANAVIEIRAS	1700	1832	Branco fugindo dos pataxós	Pataxós?	Litoral Sul
BELMONTE	1708	1764	Jesuítas/colonos portugueses	Botocudos (Manham, Camacam)	Extremo Sul
LIVRAMENTO DE BRUMADO	1715	1724	Jesuítas/ zona de mineração de ouro das minas/	?	Serra Geral
SERRINHA	1716	1876		Comércio de Gado	Nordeste
ITACARÉ	Anterior a 1718	1732	Aldeamento jesuíta	?	Litoral Sul Serra Geral
SANTO ESTEVÃO	1739	1921	Criação de gado	?	
PARAMIRIM	Início do século	1878	Exploração nas minas de Rio de Contas	?	Chapada Diamantina
CAETITÉ	Início do século	1808	Passagem para as minas de Rio de Contas	Caetés	Serra Geral
FEIRA DE SANTANA	Início do século	1832	Passagem de tropas/ comércio de gado	?	Paraguaçu
CASTRO ALVES	Início do século	1880	Colonos para agricultura	Cariris	Recôncavo Sul
MACAÚBAS	Meados do século		Bandeiras em busca de ouro	Tuxás (índios do São Francisco)	Chapada Diamantina
GOVERNADOR MANGABEIRA	Meados do século	1881	Agroindústria açucareira	Tupinambás	Recôncavo Sul
VITÓRIA DA CONQUISTA	1752	1891	Passagem para o sertão	Mongois	Sudoeste
UNA	1770	1890	Sesmaria de D. Ma. Henriqueta	?	Litoral Sul
MACAJUBA	1776	1906	Fazendas	?	Paraguaçu
CATU	Anterior a 1782	1796		Pataxós, tupiniquins?	Litoral Norte
JEQUIÉ	1789	1894	Boiadas/algodão	Cotoxós	Sudoeste
CANDEIAS	Fins do século	1960	Agroindústria açucareira	-	
BOQUIRA SIMÕES FILHO	Antigo distrito de Salvador-fim do século	1961	Centro industrial	-	Região Metropolitana do Salvador
ALAGOINHAS	Fins do século	1852	Passagem de boiadas	?	Litoral Norte

* Arquivos relativamente organizados

Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), Volumes XX e XXI e Capistrano de Abreu, João (1998:169-171).

Tabela 4**INTERIOR DA BAHIA****PRINCIPAIS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS***SÉCULO XIX*

MUNICÍPIO/ ARQUIVO	ORIGEM	CRIAÇÃO DO POVOADO OU VILA	MOTIVAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO	NAÇÃO INDÍGENA QUÊ HABITAVA A REGIÃO	REGIÃO ECONÔMICA ATUAL
PALMEIRAS	1815	1890	Garimpeiros a procura de ouro	-	Chapada Diamantina
CAEM					Piemonte da Diamantina
MIGUEL CALMON	1812	1924	Criação de gado	?	Piemonte da Chapada
CONCEIÇÃO DO COITÉ	Início do século	1890	Bandeiras para conhecer o sertão	?	Nordeste
MUCUGÊ	1822	1847	Deslocamento dos garimpeiros das minas de Rio de Contas	?	Chapada da Diamantina
MUNDO NOVO	1857	1890	Migração interna em decorrência de secas na região	?	Piemonte da Diamantina
ITABUNA	1873	1908	Pouso de tropeiros	?	Litoral Sul
NOVA VIÇOSA EUNÁPOLIS					

* Arquivos relativamente organizados.

Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), Volumes XX e XXI e Capistrano de Abreu, João (1998:169-171).

Observando as Tabelas 1, 2, acima, percebemos, como era de se esperar, que havia, na grande maioria dos locais em que surgiram núcleos urbanos nos séculos XVI e XVII, um grande número de índios de diferentes nações e tribos, que passaram a ser alvo da catequese dos religiosos, principalmente dos jesuítas, que fundavam aldeamentos com o objetivo de catequisá-los, diferindo do que ocorre nos séculos posteriores, conforme Tabelas 3 e 4, a ser discutido no item 2 deste trabalho. É interessante observar, também, que 50% dessas localidades só alcançaram o “status” de vila nos séculos XIX e XX, demonstrando, dessa forma, a pouca representatividade política das mesmas. Esse fato se reflete diretamente na periodicidade da documentação que se poderá encontrar em seus arquivos, pois, provavelmente, os textos produzidos antes da emancipação para vilas ou cidades fossem enviados para outros locais como a Capital da Província ou sede das Capitâneas.

Passemos, então, ao Item 2, *rotas e roteiros*, que irá direcionar a composição da amostragem dos primeiros arquivos a serem estudados.

1. Rotas e roteiros

O processo de colonização da Bahia é atribuído, comumente, por pesquisadores, a inter-relação de aspectos econômicos, geográficos e, também, religiosos (basicamente na primeira fase do período colonial). Segundo grande parte dos historiadores, nesse período, o contato e o choque com os indígenas, a importação forçada de grande número de escravos e a presença de população européia, principalmente portuguesa, levam à formação de uma sociedade multiracial com contornos diferenciados quando se considera os graus de atuação desses aspectos. No que diz respeito ainda ao objeto de estudo deste trabalho. A composição da amostra dos arquivos será estabelecida a partir de questões relacionadas à representatividade dos municípios no que se refere à demografia, expansão e dinamização da urbanização da Bahia, enquanto núcleos centralizadores da administração de áreas sob suas jurisdições e, ainda, com relação à data de origem desses municípios. Embora isso não implique, necessariamente, que os arquivos de povoações mais antigas possuam documentação cronologicamente equivalente.

Podemos ver, agora, embora de maneira bastante simplificada, alguns dos principais fatores que retratam o processo de urbanização da Bahia através dos séculos, do XVI e início do XX, indo de regiões costeiras em direção ao interior. A esse respeito conferir Mapas 1, 2 e 3, em anexo.

1. *Século XVI* - Início da colonização que se divide em duas fases: uma anterior a 1534, com um numeroso povoamento indígena (estima-se em milhares, em sua grande maioria, das tribos Tupis, Tupinambás, Tupiniquins, ao longo da costa e os Jês e Cariris mais a Nordeste do estado) e inversamente proporcional ao número de europeus (mais ou menos 50). Os núcleos urbanos se restringiam a pequenas feitorias para defesa do Litoral. Os primeiros foram: Vila Velha/Salvador na Capitania da Bahia,(1525/1530), Ilhéus, na Capitania de Ilhéus,(1536) Porto Seguro (1535), Santa Cruz (1536) e posteriormente Santo Amaro

(1549?) na Capitania de Porto Seguro⁵ Na Segunda fase, a partir de 1534, essa situação começa a mudar, o que, em geral, é atribuído a criação das capitanias hereditárias e a chegada do primeiro governador da Bahia, Tomé de Souza, em 1549, com uma armada composta por 1080 homens, basicamente, portugueses e espanhóis. Nesse período, alguns fatos são determinantes para o povoamento não-autóctone da Bahia, a saber:

- a) *Doação de terras (sesmarias) a colonos portugueses*, principalmente o grande latifúndio dos Garcia d'Ávila da Casa da Torre e também à nobiliarca dos Guedes de Brito da Casa da Ponte e suas subseqüentes divisões em glebas nos séculos posteriores;
- b) *implantação dos primeiros aldeamentos indígenas pelos missionários jesuítas*⁶ na Região de Salvador (posteriormente, incorporadas a cidade), na Região Sul e no Sertão, já no início do século XVII.⁷
- c) *implementação da agroindústria açucareira no Recôncavo* que iria se configurar, no século XVII, como uma das mais marcantes entre outras culturas, a saber: o fumo, o algodão e a pecuária. O Recôncavo além de ser o núcleo mais povoado da costa foi por muito tempo a “hinterlândia” de Salvador, apresentando como característica marcante o fato

⁵ Leão (1981:149) *apud* Silva, Sylvio C. B. de Mello e et elli (1989:50)

⁶ Conforme podemos verificar em Silva, Sylvio C. B. de Mello e et elli, op. Cit., p. 47 e 63. “As aldeias, dispersas pelo litoral e sertão, ascenderam lenta ou rapidamente à categoria urbana de vilas e cidades [...].Ao findar o século XVI, os jesuítas haviam fundado 17 aldeias, enquanto o núcleos urbanos somavam 8 com a inclusão de Salvador. No século XVII, surgiram mais 14 aldeias e 3 vilas, com a pronunciada penetração para o interior”.

⁷ *Ibid.*, pp. 46-47.

de se configurar com umas das mais importantes malhas populacionais do Brasil (predominantemente de origem africana em decorrência da substituição de escravos indígenas pelos escravos negros).⁸

Como se pode observar, a expansão da urbanização na Bahia, fruto do longo processo colonizatório, que marca o surgimento de comunidades urbanas começou a partir da concentração na Região Metropolitana de Salvador e pontos do Extremo Sul e do Recôncavo e de vias flúvias, como Paraguaçu e Vale do São Francisco, a partir da expansão da pecuária no final do século XVII.

2. *Século XVII e início do século XVIII* –esse século é marcado, principalmente, pela *consolidação e maior demanda econômica da agroindústria açucareira no Recôncavo*⁹ que vai culminar num grande crescimento demográfico na primeira metade do século XVIII, em relação às demais regiões, conforme demonstra o censo eclesiástico realizado entre 1718 e 1724. Esse censo, embora sujeito a ressalvas, revela esse crescimento, com um índice populacional em torno de 39.688 pessoas (entre homens e mulheres livres, criados e escravos), representando 49,69 % da população total da Bahia, estimada em 79 864. Nas demais regiões, para esse mesmo período temos: **Salvador** com 24.993, **Litoral Sul**, que inclui *Ilhéus, Boipeba, Camamu e Cairu*, com 7.409 e o **Sertão** envolvendo as paróquias do *Rio São Francisco* com 2.774, *Jacobina* estimada em (5.000) e *Sergipe de El –Rey* com 7.676.¹⁰ Nessa fase, surgem as primeiras estradas para o Norte e Nordeste da Bahia, mudando a configuração de suas vias de comunicação uma vez que antes não havia rotas terrestres.

Dessa forma, ao nosso ver, os arquivos municipais das cidades de Cachoeira e de Santo Amaro são bastante representativos e constituem numa importante fonte de informação, ao lado, obviamente, dos diversos arquivos de

⁸ Cf. Schwartz, Stuart B. op. cit., pp. 57-73.

⁹ Ibid., pp. 209-310

¹⁰ Ibid., p. 87.

Salvador (Municipal, da Cúria, Mosteiros, Conventos, os mais diversos, etc.) e, principalmente, o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) que guarda farta documentação, desde o século XVII. Na regiões do Sul , os arquivos de Ilhéus e Camamu (ainda não estudados), entre outros, podem ser bastante significativos. Já os arquivos de localidades de outras regiões da Bahia surgidas nesse período em decorrência de aldeamentos indígenas e de regiões ribeirinhas não possuem documentos do século XVII, pelo menos até onde podemos verificar, a exemplo, de localidades originárias de antigas aldeias, como, Euclides da Cunha (Maçacará), Jeremoabo (Jeremoabo), Senhor do Bonfim (Missão do Sai), entre outras.¹¹

3. *Século XVIII e início do XIX* - exploração de minérios na **Chapada Diamantina** (*Rio de Contas, Lençóis* até os limites de *Jacobina*) impulsionando movimentos migratórios internos, levando a um aumento temporário da população nessa região, uma vez que esses movimentos estavam atrelados ao tempo, à duração e à rentabilidade desse tipo de extração em zonas de mineração. No que se refere ainda a questão populacional, a região apresenta aspectos que, de certa forma, foram comuns à outras regiões de extração de minérios no Brasil durante o século XVIII. A grande presença de portugueses e brasileiros vindos de diversas regiões da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo dá-se, lado a lado, com a presença razoável de escravos africanos. A exemplo do que podemos verificar, em Rio de Contas, (de acordo com os dados de uma matrícula do período de 1748 e 1749), onde chegaram 910 escravos, em sua maioria homens, sendo 731 de procedência africana (383 da Costa da Mina, 322 de Angola, 12 de Moçambique, 08 de Benguela, 05 de Cabo Verde e 01 de São Tomé) e 160 de nacionalidade brasileira (79 da própria região, 70 vindos, também, de outras regiões da Bahia como Cachoeira, Salvador, Maragogipe, e 11 de estados como Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo), além de 19 em que não consta a nacionalidade, conforme Quadro 2, em anexo.

¹¹ Silva, Sylvio C. B. de Mello e. op. cit., p.46.

Nas demais áreas do interior, no entanto, a situação parece ter sido diferente. Conforme podemos ver a partir dos da pesquisa desenvolvida por Erivaldo Neves (1996: 37) sobre a Serra Geral (Caitité/Igaporã). Num período que compreende a segunda metade do século XVIII até quase o fim do século XIX. Segundo esse autor, dos 522 escravos citados em 30 inventários de 1768 a 1883 em mais de 53% das fazendas não excediam a 10 e menos de 20 em 73% das mesmas. Apenas duas fazendas apresentavam número superior a 51 escravos, incluindo velhos e crianças. Desses 522, 73 % correspondiam a brasileiros(crioulos, cabras, mulatos, pardos e mestiços), 12% a africanos (angolas, minas, benguelas, haussás, nagôs, congos e rebolos) e 12% de não identificados.

“ [...] As policulturas sertanejas, ao contrário, empregavam pouca gente por unidade produtiva. Não se encontram com freqüência registros de Senhores do Alto Sertão da Serra Geral detentores de numerosa escravaria numa só fazenda. Os grandes proprietários geralmente distribuía seus escravos em pequenos grupos por várias fazendas [...]”¹²

Com exceção das áreas de mineração e antigos núcleos originários de aldeamentos indígenas, o interior da Bahia, de modo geral, era pouco povoado, principalmente as regiões de clima árido, conforme atesta Kátia Mattoso (1992:74). Essa situação difere bastante das regiões costeiras.

“De modo geral, o desenvolvimento das povoações sertanejas e das grandes propriedades interioranas, tão afastadas da sede do governo, não seguiu o modelo do Recôncavo. No longínquo sertão, os núcleos de povoamento permaneceram, durante muito tempo, verdadeiros mundos perdidos, isolados, com a população rarefeita e itinerante”.

Assim, poderíamos indicar como representativos, para esse período, os arquivos municipais de Rio de Contas (Chapada Diamantina) e Caitité (Serra Geral).

¹² Neves, Erivaldo. (1996:37)

Em relação ainda à questão da urbanização do interior da Bahia, somente a partir da segunda metade do século XIX, é que o índice populacional vai aumentar, consideravelmente.

3. *Fins do século XIX* - as últimas décadas desse século se configuram como um momento de grande dinamização e expansão demográfica no interior da Bahia (de acordo com os dados de recenseamentos, embora esses sejam pouco precisos, conforme demonstra ainda Kátia Mattoso (1992: 89-90):

*“A comparação dos dados fornecidos por Vilhena com os dos recenseamentos de 1872 e de 1890 permite reforçar a idéia de que uma imensa revolução se produziu no povoamento da Bahia entre 1800 e 1890. Em 1800, viviam no interior apenas 20,6% da população recenseada, mas em 1872 essa proporção já se elevara para 56% e em 1890 atingia 58,2%. Ou seja, mais da metade da população da Província não se encontrava mais nas áreas de colonização antiga, situadas perto do litoral”.*¹³

Esse fato geralmente é atribuído, entre outros fatores, ao maior avanço das boiadas e à abertura de novas vias de comunicação. Nesse aspecto, também, o declínio da monocultura da cana-de-açúcar no Recôncavo e da exploração de minérios na Chapada Diamantina foram preponderantes.

5. *Início do século XX* – No que diz respeito, às questões de demografia, o fator que vai determinar, nesse século, o crescimento populacional, embora lento, de outras regiões da Bahia, é segundo Sylvio C. B. de Mello e Silva et alii (1989:177-180) a distribuição da malha viária do estado, que envolve cidades como Juazeiro, Alagoinhas, Serrinha, Feira de Santana, Jacobina e Ilhéus, em detrimento da quase estagnação de outras regiões. Essa estagnação, é atribuída, entre outros aspectos, à falta de investimentos econômicos, a má administração e a grande extensão territorial do estado. O maior impulso demográfico no século XX se dá, segundo ainda esses autores, somente a partir de 1930.

¹³ Destaque nosso.

Dessa forma, para o período que marca o fim do século XVIII e o início do século XX poderíamos sugerir, como mais significativos, os arquivos de Jacobina (Piemonte da Diamantina), Itapicuru (Nordeste), Feira de Santana e Irará (Paraguaçu) e Barra (Médio São Francisco).

Dos arquivos citados como os mais representativos, veremos agora a descrição prévia de cinco visitados até o momento.

2.2 Descrição prévia dos arquivos visitados até o momento

Foram estudados cinco arquivos, como já mencionado, de diferentes regiões da Bahia, com municípios de diferentes povoações, a saber: Cachoeira e Santo Amaro (Recôncavo), Rio de Contas (Chapada Diamantina), Jacobina (Piemonte da Diamantina) e Irará (Paraguaçu).¹⁴ Passaremos agora a fazer uma rápida descrição desses arquivos e suas cidades sede.¹⁵ Em seguida, elencaremos os tipos de documentos mais comuns encontrados nos mesmos.

a) Dos arquivos e seus municípios

- O arquivo público municipal de Cachoeira

A cidade de Cachoeira, ou Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, adquirida por Sesmaria por volta de 1559, é uma das mais antigas da Bahia. Como foi um núcleo muito importante nos séculos iniciais da colonização, este município possui um arquivo com um acervo bastante rico. O mesmo conta com uma documentação razoável sobre as agroindústrias açucareira e fumageira as principais atividades econômicas da região durante pelo menos dois séculos. No entanto, muitos

¹⁴ Fizemos muitas tentativas de visita ao Arquivo Municipal de Feira de Santana (Paraguaçu), entretanto, devido à questões burocráticas relacionadas a organização do seu acervo, não é possível o acesso ao mesmo atualmente.

¹⁵ A maior parte das informações constam da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), Volumes XX e XXI.

manuscritos sobre esse tema, entre outros, perderam-se devido às constantes enchentes do rio Subaé.

O arquivo foi recentemente instalado numa antiga casa colonial localizada no alto de uma ladeira. Mas, apesar dessa recente mudança não há, ainda, as condições adequadas nem para conservação dos textos nem para a pesquisa, pois o casarão onde o mesmo foi instalado não possui iluminação e ventilação adequadas.

O acervo está organizado como segue: a) *seção do Brasil Colônia*. Neste setor, encontramos os manuscritos mais antigos entre os guardados nos arquivos visitados, cinco inventários do final do século XVII; b) *seção do Império* e c) *seção da República*, essa basicamente composta de textos do judiciário. Além disso, está sendo firmado um convênio com a Câmara de Vereadores para a organização da documentação dessa casa legislativa. Há, ainda, uma pequena coleção de jornais, que datam de meados do século XIX até a década de 80 do século XX.

É interessante observar que na década de sessenta esse arquivo foi bastante visitado por pesquisadores estrangeiros, como por exemplo, os norte americanos Catherine Lugar,¹⁶ que ali descobriu um censo de 1808 sobre a população da Bahia e Stuart B. Schwartz¹⁷ que desenvolveu um importante trabalho sobre engenhos e escravos na sociedade colonial, contando com informações valiosos documentos deste arquivo e, também, com a documentação da região que se encontra no APEB.

- O arquivo municipal de Santo Amaro

Santo Amaro, mais precisamente, Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro, é um dos núcleos populacionais mais antigos do Brasil, originado em 1449(?), com grande desenvolvimento já em 1578. Esta cidade, a exemplo da de Cachoeira, foi muito importante para a economia baiana do final do século XVI até o início do século XIX, com as agroindústrias de açúcar e fumo.

O arquivo municipal deste município está implantado na antiga cadeia pública, lugar úmido e escuro não propício para guardar, conservar e consultar documentos. Além disso, o seu acervo ainda não foi devidamente tratado (acidez, fungos, etc) e

¹⁶ *Apud* Mattoso, Kátia (1992: 85)

¹⁷ Schwartz, Stuart B. *op. cit.*

catalogado, sendo que este trabalho está sendo realizado com o auxílio dos funcionários do Arquivo Público do Estado, separando-se a documentação nas seções Colonial, Imperial e Republicana.

Um fato histórico que contou com a participação de Santo Amaro, e, também, de Cachoeira, que pode ter suscitado uma farta documentação foi a Independência da Bahia. Porém, não localizamos, ainda, textos sobre esse assunto. Estes poderiam ser muito interessantes já que, ao que parece, havia, nessa época, calorosos pronunciamentos na Tribuna do Legislativo, pois segundo Wanderley Pinho¹⁸ os sentimentos patrióticos/nativos se faziam presentes nas “sessões de vereações.

- *O arquivo municipal de Rio de Contas*

O município de Rio de Contas antigo “Pouso dos Creoulos”, centrada na parte meridional da Chapada Diamantina, surgiu no fim do século XVII. A cidade teve seu ápice a partir da segunda metade do século XVIII, com a descoberta de ouro pelo bandeirante Sebastião Raposo Tavares. Logo após vieram paulistas, mineiros e, principalmente, portugueses, estabelecendo-se onde é hoje o distrito de Mato Grosso, povoação eminentemente branca até os dias atuais.

O arquivo municipal desta cidade, o mais bem organizado e aparelhado entre os arquivos visitados, está funcionando atualmente na casa onde nasceu Abílio César Borges, o Barrão das Macaúbas, com documentação primordialmente oficial que remonta ao início do século XVIII (só desse século são mais de 300 inventários), precisamente, o ano de 1724.

O acervo segue a organização dos demais assistidos pela APEB, ou seja, com documentação distribuída nas seções de Colônia, Império e República.

- *O arquivo municipal de Jacobina*

Jacobina começou a ser mais rapidamente povoada a partir da descoberta de filões auríferos em suas serras no século XVIII. Apesar de o ouro e as pedras preciosas encontrados lá, e em outras regiões da Bahia, não terem atendido as expectativas em termos de quantidade, de qualquer forma, serviram para incentivar o povoamento dessas regiões, como já apresentado no item 2, rotas e roteiros.

Prova desse rápido crescimento, é o fato de que a população de Jacobina em 1724 ser estimada em mais ou menos 5 mil pessoas¹⁹, já em 1779 sua população passou a aproximadamente a 24.103 pessoas, envolvendo 06 paróquias.²⁰

O seu arquivo está razoavelmente instalado, sendo que seu acervo foi bastante prejudicado por uma enchente que ocorreu na década de 80. Naquele período não havia ainda um local específico para guardar os documentos, estando os mesmos na secretaria de ação social.

A organização e catalogação da documentação, diferente dos demais, está sendo realizada levando-se em consideração os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- *O arquivo municipal de Irará*

Os padres da Companhia de Jesus chegaram ao que hoje se conhece como o município de Irará, em 1562, com a missão de catequizar os tapuias. Depois, a tentativa de escravização de índios e a procura por pedras preciosas concorreram para o desbravamento da região. No entanto, a criação da vila só ocorreu propriamente em 27 de maio de 1842, com a denominação de Purificação dos Campos. Antes disso, a sede da freguesia mudou várias vezes. Talvez essa fato explique o porquê do seu arquivo municipal só guardar poucos documentos, sendo os mesmos datados a partir da segunda metade do século XIX. Esses documentos não estão muito bem organizados, e foram distribuídos, a exemplo do arquivo de Jacobina, pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

b) *Dos tipos de documentos encontrados*

O tipo de documentação encontrada em todos esses arquivos visitados é basicamente a mesma, ou seja, oficial. Esporadicamente, encontramos um ou outro documento de outra natureza ou pessoal.²¹ Além disso, somente o manuscritos

¹⁸ *Apud* Pedro Tomás Pedreira, op. Cit., pp. 40-104.

¹⁹ Cf. Schwartz, Stuart B. op. cit., p. 87.

²⁰ Mattoso, Kátia, op. cit., p.84

²¹ A exemplo de uma carta de amor, escrita por uma mulher, no início do século XX, em Rio de Contas (Chapada Diamantina) e de um divórcio eclesiástico.

Arquivo Público de Cachoeira é que possui documentação do século XVII no, como já mencionado.

Passemos agora a enumerar e conceituar de forma sucinta os documentos mais comuns encontrados nos arquivos visitados até o momento.²²

Inventário- processo formado em juízo para legalizar a transferência do patrimônio de alguém aos seus herdeiros ou sucessores.

Testamento privado- escrito e assinado pelo testador, lido perante testemunhas e assinado pelas mesmas.

Testamento público- testamento escrito por oficial público em livro de notas com testemunhas.

Atas- atos anteriores, registrando resoluções, determinações. Sua primeira significação era de escritura de preparação ou borrão de documento, no sentido de minuta. Depois passou a ser o registro de sessão, ou resumo que se faz do que foi dito ou praticado numa circunstância mais ou menos solene, sujeitos a fórmulas e maneiras de autenticar.

Notificação- comunicação escrita formal entre autoridades da mesma categoria, contendo convite ou comunicação, de caráter oficial e particular.

Processo- conjunto de documentos que formam a ação.

E entre os documentos contidos nos livros de notários (1664-1948) foram encontrados diversos tipos, como, *cartas de alforria* e *escrituras diversas: compra e venda, alforria, débito, partilha amigável, declarações*, entre outras.

4. Considerações finais

No que se refere, assim, ao objeto de estudo dessa pesquisa, formação de banco de textos como fontes para a história do português brasileiro, Urbanização do estado da Bahia, marcada pelos aspectos discutidos ao longo desse trabalho e sua expansão que compreende que vai do século XVI ao XX,

²² Descrição baseada em Flexor, Maria Helena O (1997), mimeografado.

Os estudos históricos mostram, dessa forma, uma situação pouco homogênea em termos de dinamização étnica e populacional. De um lado, uma concentração muito grande no Recôncavo, no período que compreende, especificamente os séculos XVI e XVII, o poderia levar, a princípio, a formação de uma população bilingüe, em que, embora a língua portuguesa oral fosse minoritária, contrapunha a situação do uso dessa língua na escrita que veio a se constituir como a língua oficial. Nesse sentido, ao nosso ver, é de fundamental importância considerar como se escrevia, em variedade lingüística, a fim de que se possa avaliar em que medida essa escrita espelhava a grande diversidade lingüística desse período. Sobretudo antes da influência das ações lingüísticas impostas pela Coroa Portuguesa através do Marquês de Pombal.

a) Dessa forma, se por um lado pode-se dizer que a documentação oficial produzida no Brasil no século XVI (não foi encontrada documentação desse período nos arquivos visitados) não reflita a realidade brasileira e talvez muito pouco ainda a do século XVII, e também muito escassa nos arquivos baianos e de que

b) somente a partir do século XVIII é que a documentação passe a expressar a voz dos brasileiros, embora a escrita no Brasil, até mesmo no século XIX, represente muito mais uma parcela branca e masculina da população. Em contrapartida, faz-se necessário um estudo mais detalhado sobre a forma de organização administrativa da sociedade baiana, a fim de que se verifique também, o grau de escolarização dos escravos e em que medida eles representam o uso da língua portuguesa do Brasil.

c) Outro aspecto se refere aos tipos de documentos encontrados nos arquivos, procurando separar aqueles mais próximos da oralidade daqueles que estão atrelados a formulários. Assim, os documentos dos arquivos municipais talvez possam apenas contribuir na compreensão de uma das múltiplas variedades da língua portuguesa no Brasil.

Ao nosso ver, uma história mais real da língua portuguesa no Brasil deva contemplar a combinação de análises do tempo real e do tempo aparente, e que ao contraporem-se, esperamos, possam se auto esclarecer.

5. Anexos

6. Referências bibliográficas

1. BURKE, Peter. (1991). *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In.
2. BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, pp.07-38.
2. CAPRISTANO DE ABREU, João (1998). *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os antigos povoamento do Brasil*, 2^a ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília.
3. MATTOSO, Kátia M. Queirós de. (1992). *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
4. NEVES, Erivaldo Fagundes. (1996). *Escravidão policultor e meação*. In. Anais da 4^a Reunião Especial da SBPC: “Semi-árido: no terceiro milênio, ainda um desafio”. (24 a 28 de novembro de 1996). Feira de Santana: Campus da UEFS, pp. 36-41.
5. NOVAIS CARNEIRO, Zenaide de O & FERNANDES, Norma Lúcia Fernandes de. (1998: 197-211)). *Documentos dos séculos XVIII-XX para a constituição de um banco de dados do português*. In CASTILHO, Ataliba (Org.). (1998). *Para a história do português brasileiro*, São Paulo: Humanitas Publicações/ FFCH/USP, 1998. V. 1-
7. PEDREIRA, Pedro Tomás. (1977). *Memória histórica-geográfica de Santo Amaro*. Brasília.
8. SCHWARTZ, Stuart B.(1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
9. SILVA, Serafim da. (1975). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença; [Brasília]: INL.

10. SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

11. VILLALTA, Luís Carlos. (1997). *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In. MELLO e SOUZA, Laura de. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, pp. 331-386.